

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Potiguar
Macaíba – Rio Grande do Norte

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Potiguar (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Potiguar em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº11 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta no ativo não circulante o saldo de R\$48.000 mil relativo a debêntures designadas a valor justo por meio do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Entretanto, para 31 de dezembro de 2025, a Companhia não calculou o valor justo desse instrumento financeiro de acordo com as práticas contábeis. Dessa forma, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo de ativo financeiro classificado no ativo não circulante, assim como os possíveis efeitos nas demonstrações do resultado, resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas daquele exercício em função dos ajustes referentes aos efeitos das alterações nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2024 no que se refere às taxas de depreciação utilizadas para depreciação de seu ativo imobilizado, conforme descrito na nota explicativa n.º 4. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto não é mais necessária e, portanto, nosso relatório não contém qualquer modificação.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e a outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

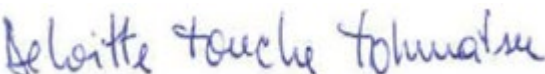
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de abril de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Potiguar (CEP), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, com uma síntese dos fatos julgados relevantes, e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), uma holding do Grupo Global que atua no setor elétrico em todo o território nacional, controlando diversas usinas termelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”).

A CEP foi constituída em 19 de dezembro de 2007, tendo por objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A CEP é resultante da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. Detém autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia (PIE), implantar e explorar as UTEs Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela Aneel, para geração a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2023. As UTEs, contratadas por disponibilidade, entraram em operação comercial em março de 2009 e operaram sob demanda do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Em 21 de dezembro de 2021, as UTEs venceram o 1.º Leilão de Reserva de Capacidade (“LRCE”), comercializando 99,6 MW em disponibilidade de potência para o período originalmente previsto de julho de 2026 a junho de 2041. O contrato, no entanto, teve sua vigência antecipada e passou a iniciar em primeiro de outubro de 2025.

Essa modalidade contratual, inédita no setor, prevê o pagamento exclusivo da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia efetivamente gerada pode ser livremente negociada pelo agente ou liquidada no Mercado de Curto Prazo (“MCP”) ao preço atualizado do CVU.

DESEMPENHO OPERACIONAL

As usinas não foram despachadas em 2025, porém os motores vinham sendo ligados periodicamente para conservação dos ativos e no mês de setembro, especialmente, para comprovação de disponibilidade.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2025, comparativamente ao de 2024, está influenciado por:

- **Período sem contrato – janeiro de 2024 a setembro de 2025:** no período de janeiro/2024 a setembro de 2025, não havia contrato vigente que viabilizasse a geração de energia e de receita operacional. Não obstante, a Companhia executou um conjunto de atividades preparatórias e manutenções necessárias para o atendimento ao novo ciclo contratual.
- **Novo contrato – vigência a partir de outubro de 2025 até junho de 2041:** em 1.º de outubro de 2025 teve início o contrato de reserva de capacidade com vigência até 2041. Contrato que garante receita fixa mensal e a energia efetivamente gerada é liquidada no MCP ao preço atualizado do CVU.

Seguem os resultados de 2025, comparados com as informações relativas aos exercícios de 2024, entre parênteses:

Receita operacional líquida (ROL): R\$ 23.301 mil (R\$ 24.148 mil, em 2024), mesmo sem contrato vigente, em 2024 a Companhia reconheceu uma receita extraordinária, referente à recontabilização de R\$ 21.100 mil feita pela CCEE.

Custos e despesas operacionais: R\$ 29.754 mil (R\$ 19.617 mil, em 2024), apresentando aumento de 51,7% em 2025, em razão das manutenções e melhorias visando a retomada da operação.

Resultado operacional (antes do Resultado Financeiro): prejuízo de R\$ 6.453 mil (R\$ lucro de R\$ 4.531 mil em 2024) em função do incremento de custos e despesas citados acima.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração para a geração operacional de caixa, negativo de R\$ 3.734 milhões (positivo de R\$ 7.439 mil, em 2024).

Resultado financeiro: superavitário, de R\$ 2.564 mil (R\$ 8.722 mil, em 2024), variação desfavorável, explicada pelo recebimento em 2024 da atualização financeira sobre a restituição de tributos pagos a maior em 2020.

Resultado líquido: negativo de R\$ 2.552 mil (positivo de R\$ 10.908 mil, em 2024).

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 18.968 mil (R\$ 28.006 mil em 2024), Caixa de 2024 gerado principalmente pela restituição de tributos pagos a maior em 2020.

Capital de giro: capital circulante líquido, positivo de R\$ 69.795 mil (R\$ 77.341 mil, em 2024).

Ativo financeiro: R\$ 48.000 mil (R\$ 48.000 mil em 2024), referentes a investimentos financeiros em debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações, emitidas por C2 Participações e Investimentos S.A. em 2 de dezembro de 2022, com vencimento em 2 de dezembro de 2042.

Remuneração aos acionistas (Dividendos desembolsados): R\$ 1.370 mil (R\$ 9.727 mil em 2024).

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como o cumprimento dos compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidade de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Macaíba (RN), 31 de março de 2026.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

Companhia Energética Potiguar
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2024			Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024		
		31/12/2025	Reapresentado	01/01/2024			31/12/2025	Reapresentado	01/01/2024
Circulantes					Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.968	28.006	12.671	Fornecedores	14	5.113	261	1.875
Contas a receber	6	6.120	-	12.889	Obrigações sociais e trabalhistas		414	469	994
Tributos a recuperar	8	830	320	19	Obrigações tributárias	15	456	10	400
Estoques	9	49.551	49.749	50.925	Outras contas a pagar	17	287	83	21.338
Outras contas a receber	7	596	89	95	Total dos passivos circulantes		6.270	823	24.607
Total dos ativos circulantes		76.065	78.164	76.599					
Não circulantes					Não circulantes				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	19.445	Tributos Diferidos	10	-	70	-
Tributos diferidos	10	1.248	-	1.655	Provisão para riscos	16	-	400	475
Depósitos judiciais	16	822	822	822	Outras contas a pagar		931	1.039	873
Ativo financeiro	11	48.000	48.000	48.000	Total dos passivos não circulantes		931	1.509	1.348
Imobilizado	13	50.633	48.835	51.742					
Total dos ativos não circulantes		100.703	97.657	121.664	Patrimônio líquido				
					Capital social	17	63.193	41.693	41.913
					Reservas de lucros		106.374	131.796	130.395
					Total do patrimônio líquido		169.567	173.489	172.308
Total dos ativos		176.768	175.821	198.263	Total dos passivos e do patrimônio líquido		176.768	175.821	198.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
			Reapresentado
Receita operacional líquida	18	23.301	24.148
Custos de operação e manutenção	19	<u>(25.293)</u>	<u>(13.633)</u>
Lucro (Prejuízo) bruto		(1.992)	10.515
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(4.657)	(5.968)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	<u>196</u>	<u>(16)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>(6.453)</u>	<u>4.531</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	2.732	9.092
Despesas financeiras	20	<u>(168)</u>	<u>(370)</u>
Total		<u>2.564</u>	<u>8.722</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(3.889)</u>	<u>13.253</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	(678)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	1.337	(1.725)
Incentivo fiscal do imposto de renda	21	-	58
Total		<u>1.337</u>	<u>(2.345)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>(2.552)</u>	<u>10.908</u>
Lucro (Prejuízo) líquido básico por lote de ações - R\$		<u>(0,068)</u>	<u>0,290</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar
Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.552)	Reapresentado 10.908
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(2.552)</u>	<u>10.908</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Reserva dos lucros retidos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		41.913	8.383	111.433	2.727	-	164.456
Ajuste de exercícios Anteriores	4	-	-	-	7.852	-	7.852
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (Reapresentado)	17	41.913	8.383	111.433	10.579	-	172.308
Recomposição Reserva de Incentivo Fiscal	17	(220)	(44)	264	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.908	10.908
Destinação do lucro:							-
Constituição de reserva de incentivo fiscal sobre ICMS		-	-	58	-	(58)	-
Dividendos adicionais (R\$0,07 por lote de mil ações)		-	-	-	(2.727)	-	(2.727)
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,18 por lote de mil ações)		-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Complemento de reserva de lucros retidos		-	-	-	5.072	(5.072)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	17	41.693	8.339	111.755	12.924	(1.222)	173.489
Aumento do Capital Social		21.500	-	(21.500)	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(2.552)	(2.552)
Destinação do lucro:							-
Dividendos adicionais (R\$0,04 por lote de ações)		-	-	-	(1.370)	-	(1.370)
Absorção de prejuízo		-	(2.552)	-	(1.222)	3.774	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17	<u>63.193</u>	<u>5.787</u>	<u>90.255</u>	<u>10.332</u>	<u>-</u>	<u>169.567</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar
Demonstrações dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(2.552)	10.908
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	2.719	2.908
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(1.337)	1.725
Provisão para riscos	16	(400)	(75)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(6.120)	12.889
Estoques		198	1.176
Impostos a recuperar		(510)	19.144
Outras contas a receber		(507)	6
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.852	(1.614)
Impostos a recolher		466	460
Obrigações sociais e trabalhistas		(56)	(525)
Outras contas a pagar		96	(21.089)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(3.151)</u>	<u>25.916</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	(850)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(3.151)</u>	<u>25.066</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	13	<u>(4.517)</u>	<u>(4)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(4.517)</u>	<u>(4)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	17	<u>(1.370)</u>	<u>(9.727)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.370)</u>	<u>(9.727)</u>
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(9.038)</u>	<u>15.335</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	28.006	12.671
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	<u>18.968</u>	<u>28.006</u>
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(9.038)</u>	<u>15.335</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Potiguar (“Companhia” ou “CEP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (GPE), constituída em 19 de dezembro de 2007, com sede no município de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, com o objeto social de gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia é resultado da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, mediante a Resolução n.º 346, de 25 de junho de 2002, e a Portaria MME n.º 65, de 18 de abril de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia – PIE, pelo prazo de trinta e cinco anos a partir da publicação da Portaria MME, implantar e explorar as Usinas Termoelétricas - UTEs denominadas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), respectivamente, em decorrência do segundo leilão de energia nova, realizado pela Aneel.

As UTEs Potiguar e Potiguar III firmaram 60 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica. Esses contratos encerraram-se em 31 de dezembro de 2023.

1.1 Continuidade Operacional

Em 21 de dezembro de 2021, a ANEEL realizou o 1.º Leilão de Reserva de Capacidade (Leilão n.º 11/2021), destinado à contratação de potência (lastro) e energia associada proveniente de usinas termelétricas, com início de suprimento previsto para 1.º de julho de 2026. O contrato, no entanto, teve sua vigência antecipada para primeiro de outubro de 2025. Em razão do intervalo de vinte e um meses sem contrato de suprimento, a companhia apurou prejuízo no período, decorrente da interrupção das receitas associadas à comercialização de energia.

Essa modalidade foi introduzida pela Lei n.º 14.120/2021, que permitiu a contratação de potência como produto separado da energia, visando garantir segurança eletroenergética do SIN. Esse contrato estabelece:

- (i) o direito de cada UTE a uma receita fixa mensal para cobrir custos operacionais fixos e despesas administrativas; a receita fixa é liquidada mensalmente pela CCEE, no ciclo próprio da Liquidação Financeira da Reserva de Capacidade;
- (ii) o CVU para definição da receita variável para ressarcimento de custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra efetiva geração de energia, conforme o despacho das UTEs pelo ONS, liquidada no MCP.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

Contas a Receber

Os valores a receber são gerenciados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os agentes do setor conforme regulamentação do Poder Concedente. Após análise, a Companhia não identificou necessidade de provisão para perdas, pois não há histórico de inadimplência nem expectativa de perdas futuras.

Estoque

O estoque de combustível será mantido em volume adequado para atender às demandas do ONS.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o Passivo de P&D.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

NE n.º 10 – Tributos diferidos - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE n.º 13 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- *é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e*
- *seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.*

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo de manter um ativo financeiro em carteira e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- *as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;*
- *como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;*
- *os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.*

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- *eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;*
- *termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;*
- *o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e*
- *os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).*

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado e valor justo.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Valor Justo

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de aquisição de debêntures nominativas conversíveis em ações.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: *preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.*

Nível 2: *inputs observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).*

Nível 3: *inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).*

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido – dos dois o menor - e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando há uma expectativa razoável de que os benefícios econômicos futuros decorrentes desses gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando ocorre sua venda ou quando não há mais expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo – calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil – é reconhecido na demonstração do resultado no exercício correspondente.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos para identificar eventos ou mudanças nas condições econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar necessidade de ajuste ao valor recuperável. Caso seja identificado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o ativo ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é determinado pelo maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação é calculada com base nas taxas da ANEEL. Quando a vida útil regulatória excede o prazo contratual, a Companhia adota o prazo do contrato (junho de 2041) como limite máximo de depreciação, garantindo que o ativo não seja depreciado por período superior ao da sua utilização econômica prevista.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Benefício fiscal do ICMS

A Companhia usufrui do benefício fiscal do ICMS / RN, de redução progressiva de alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica, podendo reduzir a alíquota de 18% para 12% ou 7% a depender do volume mensal consumido, conforme Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto n.º 13.640/1997), dispositivo este incluído através do Decreto n.º 20.797/2008.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1.º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso, quando cabível, do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; sempre que aplicável, também, realiza doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1.º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

O contrato de reserva de capacidade foi firmado no ambiente de contratação regulado e livre no Brasil e está registrado na CCEE, responsável pela contabilidade e liquidação do SIN.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física da geração, ajustada proporcionalmente às perdas do sistema, conforme os dados fornecidos pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita ocorre com base nos valores a serem faturados, conforme metodologia e preços estabelecidos em contrato. Esses valores são ajustados conforme os montantes efetivamente gerados, sempre que aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE, que monitoram a exposição líquida da Companhia (diferença entre vendas, geração e compras), resultando no balanço de energia, que credita ou debita diferenças entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada, geralmente utilizando o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base nesses mecanismos, os fluxos de receita da Companhia são classificados em dois tipos:

Receita com Venda da Potência Contratada (Obrigações de Desempenho ao Longo do Tempo): refere-se à parcela fixa do contrato, reconhecida por meio do Contrato de Disponibilidade da Usina. O valor da remuneração anual da Companhia, apresentado na licitação, inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos;

Receita com Venda de Energia (Obrigação de Desempenho em Ponto Específico do Tempo): refere-se à receita variável, oriunda da geração e entrega efetiva da energia. Toda a energia gerada é liquidada no MCP, pela CCEE.

O reconhecimento da receita ocorre quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente e pode ser mensurado de forma confiável. A mensuração é feita com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

A Companhia avaliou suas transações de receita conforme critérios específicos para determinar sua atuação como agente ou principal e concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos Certificados	Trata do reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono e instrumentos correlatos. A norma orienta sobre classificação como ativo intangível ou estoque, dependendo do modelo de negócio, critérios de mensuração inicial e subsequente e reconhecimento de passivos vinculados a compromissos ambientais.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Alterações em situações que o critério contábil de investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada basear-se no método da equivalência patrimonial ou no custo, a entidade investidora fica limitada a apresentar, na demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos de caixa entre a própria entidade investidora e a entidade na qual participe representados, por exemplo, por dividendos e por adiantamentos.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Estabelece requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações contábeis para fins gerais (demonstrações contábeis) para ajudar a garantir que proporcionem informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, exceto pelo CPC 51, o qual a Administração da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

4. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 a Companhia decidiu por corrigir retrospectivamente as vidas úteis e respectivas taxas de depreciação utilizadas para depreciar seu ativo imobilizado os quais estavam sendo apurados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para definição das taxas corrigidas foram consideradas aquelas que constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL limitado ao prazo de vigência do contrato de venda de energia (Contrato de Potência de Reserva de Capacidade – CRCAP) que ocorre em 2041. Em decorrência desses ajustes os valores correspondentes estão sendo reapresentados de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico 23 / NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Abaixo demonstramos os impactos dessa reapresentação:

Balancos patrimoniais

ATIVOS	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024
	Apresentado		Reapresentado		Apresentado		Reapresentado
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	78.164		78.164	Total dos passivos circulantes	823		823
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Outros ativos não circulantes	48.822		48.822	Outros passivos não circulantes	1.439		1.439
Tributos diferidos	5.253	(5.253)	-	Tributos Diferidos	-	70	70
Imobilizado	33.180	15.655	48.835	Total dos passivos não circulantes	1.439		1.509
Total dos ativos não circulantes	87.255		97.657	Total dos passivos não circulantes	2.262		2.332
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	41.693		41.693
				Reservas de lucros	121.464	10.332	131.796
				Total do patrimônio líquido	163.157		173.489
Total dos ativos	165.419		175.821	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	165.419		175.821

ATIVOS	01/01/2024	Ajuste	01/01/2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2024	Ajuste	01/01/2024
	Apresentado		Reapresentado		Apresentado		Reapresentado
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	76.599		76.599	Total dos passivos circulantes	24.607		24.607
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Outros ativos não circulantes	68.267		68.267	Total dos passivos não circulantes	1.348		1.348
Tributos diferidos	5.700	(4.045)	1.655	Total dos passivos	25.955		25.955
Imobilizado	39.845	11.897	51.742	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes	113.812		121.664	Capital social	41.913		41.913
				Reservas de lucros	122.543	7.852	130.395
				Total do patrimônio líquido	164.456		172.308
Total dos ativos	190.411		198.263	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	190.411		198.263

Companhia Energética Potiguar
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Apresentado		Reapresentado	31/12/2024	Ajuste	31/12/2024	
				Apresentado		Reapresentado	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.148		24.148	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(17.391)	3.758	(13.633)	Lucro líquido do exercício	8.428	2.480	10.908
LUCRO BRUTO	6.757		10.515	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				Depreciação e amortização	6.666	(3.758)	2.908
Despesas gerais e administrativas	(5.968)		(5.968)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	447	1.278	1.725
Outras receitas operacionais, líquidas	(16)		(16)	Outros Itens não afetados	(72)		(72)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	773		4.531	(Aumento) Redução nos ativos operacionais:			
RESULTADO FINANCEIRO				Outros Itens não afetados	33.215		33.215
Receitas financeiras	9.092		9.092	Aumento (Redução) nos passivos operacionais:			
Despesas financeiras	(370)		(370)	Outros itens não afetados	(22.768)		(22.768)
Total	8.722		8.722	Caixa gerado pelas atividades operacionais	25.916	-	25.916
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.495		13.253	Impostos de renda e contribuição social pagos	(850)		(850)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	25.066	-	25.066
Imposto de renda e contribuição social correntes	(678)		(678)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imposto de renda e contribuição social correntes diferidos	(447)	(1.278)	(1.725)	Aquisição de imobilizado e intangível	(4)		(4)
Incentivo fiscal do imposto de renda	58		58	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4)		(4)
Total	(1.067)		(2.345)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.428	• 2.480	10.908	Dividendos pagos	(9.727)		(9.727)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	0,224		0,290	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.727)		(9.727)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.335		15.335
	31/12/2024		31/12/2024	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.671		12.671
	Apresentado		Reapresentado	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.006		28.006
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.428	2.480	10.908	AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.335		15.335
Outros resultados abrangentes	-		-				
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	8.428		10.908				

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	-	16
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>18.968</u>	<u>27.990</u>
Total	<u><u>18.968</u></u>	<u><u>28.006</u></u>

As aplicações financeiras estão majoritariamente concentradas no Fundo de Caixa GPE Securitas com rendimento em 2025 de 101,9% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI). As operações possuem liquidez imediata, realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez e baixo risco de crédito.

6 Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a vencer	8	-
Valores a faturar	<u>6.112</u>	-
Total	<u><u>6.120</u></u>	<u><u>-</u></u>

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme CRCAP, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência.

A Companhia analisou seu histórico de recebimentos e concluiu que não está exposta a risco de crédito elevado, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Além disso, os montantes a receber referentes à energia de curto prazo são gerenciados pela CCEE, que controla a inadimplência entre os participantes do setor com base em regulamentações emitidas, reduzindo o risco de crédito das transações. Dessa forma, após análise detalhada, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas, uma vez que se mostram irrelevantes, controláveis e sem histórico significativo de inadimplência.

7 Outras Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento a funcionários	-	1
Adiantamento a fornecedor	-	86
Despesas antecipadas	596	2
Total	<u>596</u>	<u>89</u>

8 Tributos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	823	257
Outros	7	63
Total	<u>830</u>	<u>320</u>

9 Estoques

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Combustível	15.892	16.168
Almoxarifado de peças para manutenção	33.659	33.581
Total	<u>49.551</u>	<u>49.749</u>

A Companhia mantém seu estoque de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia.

10 Tributos diferidos

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Prejuízos fiscais e base negativa	7.291	4.838
Participação nos lucros e resultado	52	33
Pesquisa e desenvolvimento	398	382
Depreciação Fiscal x Societária	(6.493)	(5.323)
Outras diferenças temporárias	1.248	(70)
Tributos Diferidos Ativos	1.248	-
Tributos Diferidos Passivos	-	(70)
	1.248	(70)

11 Ativos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
C2 Participações e Investimentos S.A.	48.000	48.000
Total	48.000	48.000

Em 2 de dezembro de 2022, a companhia adquiriu 48.000 debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 e vencimento de 2 de dezembro de 2042. A escritura de debêntures não estabelece remuneração ao debenturista e prevê a conversão em ações ordinárias da C2 Participações e Investimentos S.A. a partir de 120 meses da data de emissão, à opção do emissor ou a qualquer tempo por opção do debenturista. Havendo a conversão, a companhia passaria a deter ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, representando 21% do total do capital social. A administração reconheceu essa operação no ativo não circulante e classificou como ativo financeiro.

12 Partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivo Circulante</u>	<u>982</u>	<u>-</u>
Fornecedores		
Global Engenharia LTDA (a)	<u>982</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos R\$ 70, sendo R\$ 43 de remuneração fixa e R\$ 27 de remuneração variável (R\$ 422 em 2024, sendo R\$ 58 de remuneração fixa e R\$ 364 de remuneração variável) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

13 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias (b)	Móveis e utensílios 6,25%	Máquinas e equipamentos (b)	Computadores e periféricos 16,67%	Almoxarifado (a)	Imobilizado em curso (b)	Veículos 14,29%	Total
Taxa de depreciação anual		(b)	6,25%	(b)	16,67%	(a)	(b)	14,29%	
<u>Custo corrigido</u>									
Saldos em 1º de janeiro de 2023 - Reapresentado	7.041	28.501	400	100.038	978	3.382	-	33	140.373
Reclassificação	-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)
Adições	-	-	-	3	1	-	-	-	4
Baixa	-	-	-	(14)	-	-	-	-	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	7.041	28.501	400	100.027	967	3.382	-	33	140.351
Adições	-	-	8	368	137	-	4.004	-	4.517
Baixa	-	-	(1)	-	(10)	-	-	-	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.041	28.501	407	100.395	1.094	3.382	4.004	33	144.857
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(16.047)	(221)	(71.461)	(869)	-	-	(33)	(88.631)
Adições	-	(730)	(23)	(2.095)	(48)	-	-	-	(2.896)
Baixa	-	-	-	11	-	-	-	-	11
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	-	(16.777)	(244)	(73.545)	(917)	-	-	(33)	(91.516)
Adições	-	(718)	(22)	(1.934)	(45)	-	-	-	(2.719)
Baixa	-	-	1	-	10	-	-	-	11
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(17.495)	(265)	(75.479)	(952)	-	-	(33)	(94.224)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2025	7.041	11.006	142	24.916	142	3.382	4.004	-	50.633
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024 - Reapresentado	7.041	11.724	156	26.482	50	3.382	-	-	48.835
Saldos líquidos 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado	7.041	12.454	179	28.577	109	3.382	-	-	51.742

- (a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8.
- (b) A depreciação dos ativos é calculada com base nas taxas da ANEEL. Quando a vida útil regulatória excede o prazo contratual, a Companhia adota o prazo do contrato como limite máximo de depreciação, garantindo que o ativo não seja depreciado por período superior ao da sua utilização econômica prevista.

Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis de seus ativos imobilizados para avaliar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Caso haja indícios de desvalorização, o valor recuperável do ativo é estimado com base em testes de recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indicadores que justificassem ajustes no valor recuperável dos ativos.

14 Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	2.492	97
Global Engenharia Ltda (a)	982	-
AXA Seguros S.A	536	-
Outros fornecedores	<u>1.103</u>	<u>164</u>
Total	<u><u>5.113</u></u>	<u><u>261</u></u>

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE 12.

15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS serviços de terceiros	95	4
PIS - Programa de integração social	30	-
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	154	3
PIS/COFINS/CSLL retidos	63	2
Outros tributos a recolher	<u>114</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>456</u></u>	<u><u>10</u></u>

16 Provisão para riscos legais e depósitos judiciais

Provisão Para processos Judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2023	475
Adições (Reversões)	<u>(75)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	400
Adições (Reversões)	<u>(400)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>-</u></u>

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Cível	78	78
Tributário	4.205	4.205
Total	4.283	4.283

Depósitos Judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2023	822
Adições (Reversões)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	822
Adições (Reversões)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	822

Trata-se substancialmente de processo de natureza tributária no montante de R\$762.

17 Patrimônio líquido

Capital social

Um resumo da movimentação do capital social em 2024 e 2025 está apresentado a seguir:

Saldo Final em 31 de dezembro de 2023	41.913
AGE de 30 de agosto de 2024 - Redução do capital social para recomposição da Reserva de Incentivo Fiscal	(220)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2024	41.693
AGE de 18 de setembro de 2025 - Aumento do capital social com Reserva de Incentivo Fiscal	21.500
Saldo Final em 31 de dezembro de 2025	63.193

O capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado por 37.554.721 ações ordinárias (Em 2024, 37.554.721 ações ordinárias) e está distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Global Participações em Energia S.A.	33.423.702	89%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	3.755.472	10%
Maria das Graças B. N. Fernandes	375.547	1%
Total	<u>37.554.721</u>	<u>100%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social. No exercício, a Companhia apurou prejuízo, razão pela qual não houve constituição de Reserva Legal, conforme determina o art. 193 da Lei n.º 6.404/76, que condiciona essa constituição à existência de lucro líquido no exercício.

Reserva de incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal registrada no montante de R\$ 90.255 (R\$ 111.755 em 2024) e reconheceu uma redução no montante de R\$ 21.500 referente aumento do capital social no exercício de 2025.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	111.433
Recomposição por redução de Capital Social	264
Constituição Reserva em 2024	<u>58</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	111.755
Aumento de capital social	<u>(21.500)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>90.255</u>

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, considerando as exceções previstas na legislação, a Companhia mantinha um saldo de R\$ 11.554 na reserva de lucros.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderada de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
		Reapresentado
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(2.552)	10.908
Média ponderada de ação por lote de mil	37.555	37.555
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	(0,068)	0,290

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	(2.552)	10.908
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(58)
Base para dividendos	(2.552)	10.850
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	2.713

Em 2025 a companhia apurou prejuízo contábil e não houve base para dividendos.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2024 e 2025 está apresentado a seguir:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
RCA de 6 de novembro de 2024	Dividendos Intercalares 2024	7.000	0,186
RCA de 10 de dezembro de 2024	Dividendos Intermediários	2.727	0,073
2025			
RCA de 10 de dezembro de 2025	Dividendos Intermediários	1.370	0,036

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2024 e 2025 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2023	-
Dividendos propostos referente a 2023	2.727
Dividendos Intermediários 2024	7.000
Dividendos pagos	<u>(9.727)</u>
Saldo dividendos a pagar 2024	-
Dividendos propostos referente a 2023	1.370
Dividendos pagos	<u>(1.370)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2025	<u>-</u>

18 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de venda de energia (a)	344	27.107
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	25.843	-
Deduções de venda		
Cancelamentos	(257)	(231)
PIS	(428)	(443)
COFINS	(1.971)	(2.043)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	<u>(230)</u>	<u>(242)</u>
Total	<u>23.301</u>	<u>24.148</u>

- (a) Receita de venda de energia: receita variável, referente à energia firme gerada e transferida para as distribuidoras, conforme despacho do ONS.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

19 Custos/despesas por natureza

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
		Reapresentado
Custos e despesas com pessoal e administradores	(2.596)	(2.741)
Depreciação e amortização	(2.719)	(2.908)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(3.676)	(3.552)
Custos com manutenção e operação (a)	(18.745)	(7.152)
Custos e despesas com seguros	(122)	(15)
Despesas com viagens e comunicações	(273)	(64)
Serviços de terceiros	(369)	(164)
Assessoria e consultoria	(475)	(1.254)
Tributos	(551)	(357)
Outras despesas (receitas)	(228)	(1.410)
Total	<u>(29.754)</u>	<u>(19.617)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(25.293)	(13.633)
Despesas gerais e administrativas	(4.657)	(5.968)
Outras receitas operacionais, líquidas	196	(16)
Total	<u>(29.754)</u>	<u>(19.617)</u>

- (a) Nos anos de 2024 e 2025, mesmo com os contratos de geração anteriores já encerrados, a Companhia realizou manutenções visando à preservação e preparação dos equipamentos para o ciclo contratual que iniciou em outubro de 2025.

20 Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.827	2.337
Atualização Pedido de Restituição	-	7.185
PIS e COFINS sobre receita financeira	(133)	(443)
Outras receitas financeiras, líquidas	38	13
Subtotal	<u>2.732</u>	<u>9.092</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Outras despesas financeiras, líquidas	(168)	(370)
Subtotal	<u>(168)</u>	<u>(370)</u>
Total	<u>2.564</u>	<u>8.722</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e de 2023, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.889)	13.253
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	1.322	(4.506)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	-	302
Demais adições e exclusões	15	3.526
Subtotal	-	(678)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	-	58
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.337	(1.725)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>1.337</u>	<u>(2.345)</u>
Taxa Efetiva	-34,38%	-17,69%

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela Sudene, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2025		31/12/2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	18.968	-	28.006	-
Contas a receber de clientes e outros	6.120	-	-	-
Ativos Financeiro - Debentures	-	48.000	-	48.000
Outras contas a receber	596	-	89	-
Total	<u>25.684</u>	<u>48.000</u>	<u>28.095</u>	<u>48.000</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	5.113	-	261	-
Outros passivos	1.218	-	1.122	-
Total	<u>6.331</u>	<u>-</u>	<u>1.383</u>	<u>-</u>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição ao risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- *Risco de crédito;*
- *Risco de liquidez; e*
- *Risco de mercado.*

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a conformidade com as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não estão afetadas por eles:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de classificação.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Passivos Financeiros</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>
Fornecedores	5.113	-
Outras contas a pagar	287	931
<u>Total</u>	<u>5.400</u>	<u>931</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que diminuem a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2025, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2025. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/2025	Variação de 10% do CDI	Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido
18.967	10,88%	9,79%	(206)

Gestão do capital social

A Companhia administra e ajusta sua estrutura de capital conforme as mudanças nas condições econômicas. Para isso, pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, realizar a devolução de capital ou emitir novas ações. O monitoramento do capital é realizado por meio do índice de alavancagem, calculado pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido. A dívida líquida considera empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, descontados o caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	5.113	261
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.967)	(28.006)
Dívida líquida	(13.854)	(27.745)
Patrimônio líquido	174.347	178.269
Índice de alavancagem	-8%	-16%

Quanto à escassez de combustível

A Companhia mantém um contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo diesel firmado com Vibra Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao do contrato de fornecimento de potência, até 30 de junho de 2041. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado. A companhia entende não haver riscos que justifique o reconhecimento de perdas.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

23 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2025

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 2.413.

Exercício de 2024

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 3.191.